



Saúde e Sociedade

ISSN: 0104-1290

saudesoc@usp.br

Universidade de São Paulo

Brasil

Vieira, Adriane; Alves Amaral, Grazielle

A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher

Saúde e Sociedade, vol. 22, núm. 2, abril-junio, 2013, pp. 403-414

Universidade de São Paulo

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406263659012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher

The art of being a Hummingbird in women's triple-shift workday

Adriane Vieira

Psicóloga. Doutora em Administração. Professora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais.

Endereço: Av. Alfredo Balena, 190, Santa Efigênia, CEP 30130-100, Belo Horizonte, MG, Brasil.

E-mail: vadri.bh@gmail.com

Graziele Alves Amaral

Psicóloga. Mestre em Administração. Professora do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás (Campus Jataí).

Endereço: Rua Riachuelo, 1530, Setor Samuel Graham, CEP 75804-020, Jataí, GO, Brasil.

E-mail: graziamaral@yahoo.com.br

Resumo

Com presença expressiva no mercado de trabalho, as mulheres vêm ampliando continuamente sua participação nos mais diversos cargos e funções, no entanto continuam sendo as principais responsáveis pelas atividades do lar e pelo cuidado dos filhos. A situação agrava-se com a crescente demanda por qualificação, exigindo que essas trabalhadoras cumpram, muitas vezes, três jornadas de trabalho: profissional, familiar e educacional. Este estudo teve como objetivo analisar os mecanismos de dominação refletidos nas ações de mulheres que “conciliam” as atividades profissionais, o cuidado com a família e as exigências da educação continuada, utilizando como referência principal o trabalho de Pierre Bourdieu. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cuja coleta de dados ocorreu através de entrevista, buscando obter as histórias orais temáticas de cinco mulheres. Os relatos foram submetidos à técnica de análise do conteúdo e os resultados revelam que a busca pela qualificação deriva da preocupação com a empregabilidade e que a disputa profissional está ligada não apenas ao gênero, mas também à concorrência com profissionais mais jovens. Apesar de as mulheres fazerem referência ao início de uma revisão da divisão sexual de tarefas do lar, a empregada doméstica ainda se revela fundamental nesse processo de delegação e de conciliação. Para se dedicar aos estudos, elas abdicaram do lazer, não como um sacrifício, mas sim como um ato de nova significação das coisas. Tal qual beija-flor, que conjuga trabalho e reprodução das espécies botânicas, elas esperam conciliar as jornadas com rapidez, mas também com graça e leveza.

Palavras-chave: Saúde da Mulher; Qualidade de Vida; Qualificação Profissional; Dominação.

Abstract

With their significant presence in the labor market, women have continued to expand their participation in many positions and functions; however, they continue to be primarily responsible for home activities and child care. The situation for women becomes more complex with the growing demand for qualification, requiring that these workers often take on three shifts of work: professional, family and educational tasks. The objective of this study was to analyze the mechanisms of domination which are reflected in the actions of women who 'reconcile' professional activities, care of the family, and the demands of continuing education, using the work of Pierre Bourdieu as a principal reference. It deals with qualitative research, using data collected from interviews in order to obtain oral thematic stories from five women. The statements were submitted to the content analysis technique, and the results show that the quest for qualification stems from a concern with employability, and that professional competition is tied not only to gender, but also to competition with younger professionals. Although women refer to the beginning of a revision of the sexual division of housework, hired household help is still vital in this process of delegation and conciliation. To devote themselves to study they have abandoned leisure, not as a sacrifice, but as an act of re-signification. Like the hummingbird, which combines work and plant fertilization, the women hope to reconcile their tasks quickly, but also with lightness and grace.

Keywords: Women's Health; Quality of Life; Professional Qualification; Domination.

Introdução

O ingresso das mulheres no mercado de trabalho deu-se de forma intensa a partir da Primeira Revolução Industrial, quando a necessidade de complementação da renda familiar fez com que elas fossem introduzidas no trabalho remunerado de maneira forçada, sendo obrigadas a aceitarem desempenhar tarefas penosas e mal remuneradas (Girão, 2001).

Ao longo do século XX, mudanças nos padrões comportamentais trazidas pelo controle da natalidade por meio da pílula anticoncepcional, do movimento feminista e do movimento *hippie* (Hirata, 2002; Hoffman e Leone, 2004; Rocha, 2006; Fraser, 2009) elevaram a participação das mulheres no mercado de trabalho, levando-as a disputar com os homens as oportunidades por cargos e reconhecimento profissional (Muzart, 2003). No entanto, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) revelam que, mesmo com nível escolar superior completo, as mulheres só conseguem receber 58% do salário dos homens com igual escolaridade. Além de sofrer discriminações, a inserção da mulher no espaço de produção social não significou sua liberação relativa às tarefas domésticas, pelo contrário, gerou outro grande desafio no que diz respeito ao trabalho feminino: a reformulação da estrutura familiar.

Girão (2001) explica as representações quanto às diferenças entre o masculino e o feminino como derivadas dos condicionamentos sociais a que os indivíduos são submetidos. As estruturas psicológicas assim formadas levam a mulher a sofrer certo sentimento de culpa quando opta por se inserir no mercado de trabalho, abrindo mão de uma vida dedicada exclusivamente ao lar; por outro lado, o sentimento de fracasso a persegue quando opta por se realizar como mulher, sem participação no mundo do trabalho formal. A complexidade da situação feminina agrava-se, na atualidade, com a crescente demanda por maior qualificação do trabalhador, exigindo da mulher o cumprimento de três jornadas de trabalho.

O objetivo deste trabalho consiste em analisar os mecanismos de dominação refletidos nas ações de mulheres que "conciliam" as atividades profissionais, o cuidado com a família e as exigências da

educação continuada. Cabe ressaltar que o que se buscou com a análise dos dados não foi destacar o sucesso dessas mulheres na conciliação das jornadas, comparativamente a outras mulheres pertencentes a outras classes sociais, que não são tão exitosas, mas sim analisar o que Bourdieu (1999, 2002a) denomina de disposições para a ação, socialmente construídas, às vezes, de maneira pré-reflexiva. Nessa perspectiva, analisa-se, também, os mecanismos de dominação, naturalizados nas relações sociais presentes nas instituições, como família, escola e mercado de trabalho, que são locais de reprodução social e de transformação das relações.

A perspectiva teórica que fundamenta este trabalho é a do *habitus* de Bourdieu (1999, 2002a) o qual considera que, durante o processo de socialização, os indivíduos interiorizam um sistema de disposição que orienta as suas escolhas e ações. Desse modo, as chamadas “características” de mulheres e de homens não são naturais, mas, introjetadas e reproduzidas por mulheres e homens. O *habitus*, primeiro construído na família e depois na escola e nas demais instituições, está na raiz das questões de gênero e tem importante papel de mediação nas representações do masculino e do feminino (Montagner e Montagner, 2010). Outro referencial que deu suporte à análise dos dados é o que trata das novas configurações da divisão sexual do trabalho, em especial, os estudos de Hirata (2002, 2003, 2004, 2006) e Hirata e Kergoat (2007).

Este trabalho se justifica, porque, assim como Montagner e Montagner (2010), acreditamos que refletir sobre gênero implica repensar a relação com a representação sobre a família e entre os sexos, no espaço privado e público. Portanto, do ponto de vista sociológico, torna-se relevante compreender como essas mulheres organizam suas vidas nas dimensões família, profissão e estudo. Ressaltamos que optamos por trabalhar com mulheres na fase madura de vida, com filhos adolescentes ou adultos e pertencentes à classe média. Esse recorte não é um limitador da pesquisa, ao contrário, é um diferencial, pois vem preencher uma lacuna deixada por estudos sobre o tema, que têm focado predominantemente mulheres de extratos sociais mais baixos, com ênfase na violência praticada nos espaços domésticos e públicos. Não obstante, mulheres em condição dife-

renciada, como as da nossa pesquisa, também precisam enfrentar pressões e discriminações relativas ao gênero na divisão social do trabalho, na inserção no mercado e na construção de suas carreiras.

Metodologia

Esta investigação se caracteriza como qualitativa e descritiva, tendo como sujeitos de pesquisa cinco mulheres trabalhadoras que dividiam seu tempo entre as obrigações profissionais (independentemente do cargo ocupado), as exigências do estudo acadêmico e os cuidados com a família. Elas foram escolhidas pelos critérios de acessibilidade, ou seja, facilidade de acesso às entrevistadas (Vergara, 1998). Todas as mulheres estavam na faixa etária de 42 a 55 anos, tinham pelo menos um filho, estavam inseridas no mercado de trabalho e davam continuidade aos seus estudos num curso de mestrado em administração, em uma instituição privada.

As mulheres que participaram deste estudo apresentam características específicas que as colocam numa situação privilegiada em relação ao contingente feminino brasileiro inserido no mercado de trabalho: pertencem à classe média, têm menos filhos e recebem salários melhores, permitindo que arquem com despesas escolares e redes de apoio.

Para preservar a identidade, as entrevistadas serão identificadas na análise dos dados pela letra M (referindo-se a Mulheres) seguida por uma sequência de números de 1 a 5, que foram dados conforme a ordem cronológica em que as entrevistas foram realizadas. O Quadro 1 contém os dados de caracterização dos sujeitos da pesquisa.

A história oral temática foi o método escolhido para a realização da pesquisa. Segundo Meihy (1996), esta se diferencia da história oral de vida por ter um caráter bem específico, o de se interessar por detalhes pessoais da vida do narrador, que tenham relação direta com a temática central da pesquisa, ou seja, suas trajetórias pessoais em relação ao trabalho, família e ensino, almejando atingir uma compreensão do universo dessas mulheres e suas especificidades culturais. Uma das prerrogativas desse método é que se devem incluir poucos sujeitos na pesquisa, dada a necessidade de realizar entrevistas em profundidade. No entanto, o que pode parecer

Quadro 1 - Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Mestranda	Idade	Profissão	Idade dos filhos	Tempo de Mestrado*
M1	55 anos	Gerente de projetos	25 e 26 anos	2 anos
M2	44 anos	Empresária e professora	16 e 19 anos	2 anos
M3	52 anos	Gerente de projetos	22 e 26 anos	2 anos
M4	42 anos	Autônoma (Clínica e consultoria)	15 anos	1 ano e meio
M5	43 anos	Gerente de Assistência à Saúde	13 e 18 anos	2 anos

uma limitação quantitativa torna-se uma vantagem qualitativa, dada a riqueza dos relatos que são obtidos. Ademais, em pesquisa qualitativa, não há preocupação com a generalização dos dados de uma amostra para uma população, como nas pesquisas quantitativas, dado que:

A responsabilidade do pesquisador qualitativo é oferecer ao leitor uma “descrição densa” do contexto estudado, bem como das características de seus sujeitos, para permitir que a decisão de aplicar ou não os resultados a um novo contexto possa ser bem fundamentada. Este conceito de generalização é conhecido como “generalização naturalística” (Alves-Mazzotti e Gewandsznajder, 1999, p. 174).

As entrevistas realizadas foram do tipo indutivo, de acordo com o conceito de Meihy (1996), segundo o qual o assunto deve ser introduzido aos poucos, ao longo da entrevista, oferecendo-se estímulos gradativos ao depoente, de modo que as questões sejam contextualizadas e sigam uma determinada ordem de importância. Os conhecimentos prévios sobre o tema traçaram o foco, a direção e o caminho percorrido durante a entrevista.

Para a análise dos dados coletados, recorreu-se à técnica de análise de conteúdo do tipo categorial temática (Bardin, 1977), de modo a ir além da descrição dos relatos do sujeito e realizar inferências fundamentadas no referencial teórico. O agrupamento de entrevistas permitiu a construção de um *corpus* com as características comuns.

Gênero segundo Pierre Bourdieu: algumas considerações

Para Bourdieu (1999, p. 23), o gênero é um conceito relacional e também uma estrutura de dominação simbólica, que constitui uma relação de poder na

qual “o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas”.

Para o autor, as diferenças biológicas ou anatómicas entre o sexo masculino e o feminino servem como justificativa natural para a diferença socialmente construída entre os gêneros e, por conseguinte, para a divisão social do trabalho. Essas diferenças são produto de um trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social, exercido sobre os corpos e as mentes, fruto das relações sociais de dominação que se encarnam em *habitus* claramente diferenciados, e que levam os indivíduos a perceberem o mundo segundo esse princípio. O *habitus* é, portanto, uma capacidade cognitiva socialmente constituída e um sistema de esquemas de percepção, pensamento, apreciação e ação, que se dá por meio da internalização dos princípios da cultura (Bourdieu, 1986; Bourdieu e Passeron, 1975). O corpo, por sua vez, é o lugar onde se inscrevem as disputas de poder e o capital cultural. Ele é a nossa primeira forma de identificação: homem ou mulher. Por conseguinte, o sexo define se seremos dominantes ou dominados.

O corpo é a materialização da dominação, é o *locus* do exercício do poder por excelência. Assim:

a simples observação dos órgãos externos “diagnóstica” uma condição que deve valer para toda a vida. Passamos a ser homens ou mulheres e as construções culturais provenientes dessa diferença evidenciam inúmeras desigualdades e hierarquias que se desenvolveram e vêm se acirrando ao longo da história humana, produzindo significados e testemunhando práticas de diferentes matizes (Sayão, 2003, p. 122).

Esse processo de socialização e de constituição do *habitus* gênero constrói simultaneamente o indivíduo e o mundo, reproduzindo articulada-

mente estruturas subjetivas (princípios de visão) e objetivas (princípios de divisão). Tal processo de aprendizagem é longo, informal e implícito, sujeito à violência física e simbólica. Ele se inicia na família, do ponto de vista da educação individual, e se estende por meio de outras instituições, como a Escola, a Igreja e as Organizações (Bourdieu, 2002a).

De acordo com Bourdieu (1999), o autoconceito que prescreve os comportamentos e sentimentos de homens e mulheres inscreve-se no corpo, moldado na e pela divisão sexual do trabalho, produção e reprodução biológica e social. Nesse contexto, os dominados também contribuem para sua dominação, uma vez que se estabelece uma adesão do dominado às relações de dominação, por meio das categorias construídas do ponto de vista dos dominantes. Nesse sentido, o poder simbólico é exercido sobre os corpos sem qualquer coação física, conformado em emoções, paixões e sentimentos. Disso decorre o eventual conflito entre discurso e comportamento, intenção e ação.

As representações sociais engendradas pelo capital simbólico definem que a mulher é o ser menos capaz, o sexo frágil que precisa de um protetor, enquanto a virilidade e os atributos masculinos de força e proteção são conferidos aos homens, considerados naturalmente superiores.

Adams (1990) chama de “armadilha da compaixão” o conjunto de crenças difundidas e aceitas socialmente, que atribuem à mulher, como suas funções mais importantes, os papéis de proteção, criação e promoção do crescimento de outros. Implícito nesse construto está a ideia de que a mulher deve subordinar suas necessidades pessoais (inclusive as de desenvolvimento e de realização) ao bem-estar dos outros. É um artifício social que pode fazer com que a mulher se mantenha sujeita a uma servidão prática e emocional. Esse papel social da mulher acaba por distorcer sua identidade individual e limitar sua atuação. Assim, ela absorve esse papel de protetora não só em casa, onde os afazeres domésticos e a criação das crianças recaem sobre ela, como também no âmbito social. As chamadas profissões de ajuda são exercidas muito mais por mulheres do que por homens, e, apesar de se tratar de atividades que têm baixo valor na hierarquia social, elas aceitam esse papel de protetoras, em busca de

reconhecimento social, pois se reforça a importância desse papel para o bem-estar da sociedade. Por isso, segundo a autora, não é fácil para a mulher se libertar dessa premissa social, em que se encontra embutida uma manipulação emocional.

Resultados

Os dados das entrevistas foram trabalhados como um conjunto, selecionando-se falas representativas com a finalidade de compor um quadro de significados articulados. Tal procedimento permitiu estabelecer três categorias de análise: trabalho como parte importante da vida das mulheres; esfera familiar *versus* espaço de produção; mestrado como necessidade de atualização.

O trabalho como parte importante da vida das mulheres

Para todas as mulheres entrevistadas, o trabalho constitui-se em um dos valores essenciais de sua vida. Na história de cada uma, foi possível perceber que essa configuração do trabalho foi moldada desde a infância, em função do *habitus* do seu grupo de referência, responsável pelo processo de socialização e, por conseguinte, da biologização do social nas mentes e corpos das mulheres em questão (Bourdieu, 1999, 1986).

Na história de M1, o trabalho começou a fazer parte de sua vida quando cursava o Ensino Médio. Membro de uma família de classe média, ela começou a trabalhar por vontade própria e não por necessidade financeira. “[...] em casa mesmo a gente vai começando com aquela vontade de trabalhar”. M1 trabalha há 30 anos e, para ela, trabalhar significa ser produtiva. O fato de estar se aproximando da aposentadoria tem-lhe suscitado reflexões sobre como irá preencher seu tempo no futuro. Outro fato que demonstra a importância do trabalho em sua vida é a forma como se apegava às empresas em que atua. “Você adota o lugar”. Em seu depoimento, é possível perceber que ela se identifica com a empresa em que trabalha, tratando-a como se fosse um negócio próprio: “[...] nós somos os acionistas dessas empresas, nós somos os donos dessas empresas. Então, debaixo da nossa empresa, há vários negócios que

nós fomos adquirindo ao longo dos tempos. Eu faço parte dessa equipe”.

Segundo Bourdieu (2002a), o êxito do indivíduo tem como elemento determinante a herança cultural que lhe foi transmitida no seio familiar, por conseguinte, os resultados obtidos ao longo da trajetória escolar, inclusive nos níveis mais altos de escolarização, como o ensino superior, estão relacionados às propriedades culturais que são transmitidas pela família. Para M2, oriunda de uma família de classe baixa, o trabalho representa uma necessidade de sobrevivência e condição indispensável para realizar seus estudos, que, por sua vez, possibilitarão crescimento profissional e melhorias nas condições de vida. Mesmo com as dificuldades de conciliação da tripla jornada, ela declarou que não gostaria de ter uma vida diferente: “Para eu me sentir bem, eu tenho que estar trabalhando”. Esse depoimento confirma o sucesso da constituição do *habitus* e da internalização dos princípios da cultura. O exemplo veio do pai, que começou a sua vida profissional catando papel e conseguiu ingressar no Ministério da Agricultura por meio de concurso. “Tem um histórico assim, de evolução. Isso faz parte dos valores familiares de trabalho, de crescimento, de sair de uma situação e ir pra frente”. Também compõe essa herança cultural certo *ethos*: “sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar” (Bourdieu, 2002a, p.42). As atitudes e disposições familiares bem como o investimento propriamente escolar, como tempo de dedicação e aquisição de bens culturais, são elementos definidores das chances objetivas de o indivíduo acumular capital cultural, e, por conseguinte, obter êxito na escola e na carreira.

M3 veio de uma família de classe média e teve uma socialização que também destacou a importância do trabalho, mas não como fonte de sobrevivência, dado que essa necessidade já estava suprida pela família, mas sim como de autonomia em relação à figura masculina. Tal ensinamento veio justamente da figura paterna que, ciente do jogo das dominações de gênero, preferiu ver suas filhas, dele, libertas. M3 relatou que o pai falava para as filhas que elas não deveriam ficar esperando ter um marido que fosse sustentá-las e que precisavam trabalhar e

construir sua independência. Com esse ideal, M3 buscou seu primeiro emprego aos 18 anos pela vontade de ter seu próprio dinheiro. Em sua percepção, os sentimentos de alegria e de satisfação por estar trabalhando e estudando ultrapassam o cansaço e a sensação de peso; portanto, não se sente pressionada, mas, sim, estimulada. “[...] Vamos dizer assim, 80% de alegria, de realização e 20% de peso” (M3).

M4 iniciou a entrevista com a frase “o trabalho é uma parte muito importante da minha vida, sempre foi” e a repetiu algumas vezes. Começou a trabalhar aos 15 anos, por vontade própria e não por necessidade. O valor subjetivo do trabalho foi reiteradamente enfatizado, declarando que sempre procurou realizar atividades que fizessem sentido e que estivessem ligadas às suas áreas de formação (Psicologia e Pedagogia).

M5 também teve uma educação que ressaltou o trabalho como a única forma de se alcançar mérito na vida. Aos 16 anos de idade, mudou-se para a capital mineira com o objetivo de estudar, pois o curso superior dar-lhe-ia melhores condições de vida. O início da carreira profissional foi marcado por algumas dificuldades que a fizeram se submeter a “sub-empregos”, até que pudesse construir seu próprio consultório e obter aprovação em concurso público. Considera que seu trabalho tem um significado associado à luta e, ao mesmo tempo, à realização, pelo prazer e pela alegria da vitória.

Jacques (1996) aponta a articulação inseparável entre identidade e trabalho, na medida em que o papel social torna-se essencial na constituição da identidade. A autora destaca, então, a expressividade que o papel de trabalhador assume na constituição da identidade do homem ocidental a partir da consolidação do sistema capitalista, no qual se exalta o trabalho. Nesse sentido, o trabalho pode ser visto não só como fonte de reconhecimento social, mas como elemento constitutivo do ser, que se coloca no centro dos jogos de dominação, dado que a mulher deve nesse campo se inserir, mesmo sabendo que as condições entre ela e os homens será sempre desigual, no acesso, no crescimento na carreira e também no salário (Laufer, 2004). Evidente nos discursos está a internalização dos valores próprios de uma cultura cujo princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas. É no corpo, por sua

vez, o lugar onde as disputas de poder vão se inserir, uma vez que a identificação homem ou mulher continua definindo quem é o dominante e quem é o dominado (Bourdieu, 2002a). A sobrevivência material, a autonomia financeira e o *status* social conquistados por meio do lugar no mercado de trabalho não colocou a mulher numa condição de igualdade com o homem, uma vez que não a liberou de nenhum outro encargo feminino, como de dona de casa, mãe encarregada da criação dos filhos, e esposa (Hirata e Kergoat, 2007; Kergoat, 2010), como veremos no próximo item.

Esfera familiar *versus* espaço de produção

Este item trata, mais especificamente, da “divisão sexual” do trabalho, termo que surgiu na França, para tratar da distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, mas também para analisar a divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos (Hirata e Kergoat, 2007). A participação feminina no mercado de trabalho representa para a mulher um grande desafio, em função de seu papel na esfera privada continuar sendo referência no âmbito afetivo emocional (Hirata, 2002).

A conciliação entre a esfera familiar e o espaço da produção é uma questão central para as entrevistadas. Nesse sentido, a principal responsabilidade que elas se autoatribuem é o acompanhamento dos filhos e do funcionamento da casa:

Eu sou mãe de uma adolescente de 15 anos. Então, faço questão de acompanhar sempre que precisa. Eu não tenho que cozinhar e lavar. Eu não tenho essas responsabilidades, mas eu tenho que coordenar essas atividades. (M4)

Apesar do nível socioeconômico diferenciado das mulheres da pesquisa, que podem delegar a terceiros algumas tarefas domésticas, o trabalho gratuito e invisível da administração/ coordenação da rotina da casa e educação dos filhos ainda é entendido como dever materno (Hirata e Kergoat, 2007). Nesse sentido, foi possível perceber um alinhamento entre o discurso das entrevistadas e as considerações de Girão (2001), no que diz respeito à atribuição da maioria das responsabilidades do

lar à mulher, a despeito das possíveis rupturas em relação ao modelo tradicional, que coloca o homem como responsável pela esfera pública e a mulher como responsável pelo espaço privado. A autora também afirma que a representação da mulher como base do lar é tão forte, que se sobrepõe à queixa em relação ao acúmulo de tarefas, o que igualmente se confirmou no presente estudo.

Um aspecto consensualmente apontado pelas entrevistadas como um grande facilitador na conciliação de sua tripla jornada de trabalho foi o “apoio” do marido, tanto na divisão das atividades de casa, como em termos emocionais.

A parte de compras da casa, de supermercado, quem está mais folgado é que faz. Na época em que eu estava fazendo as disciplinas do mestrado 80% de supermercado tudo foi meu marido que fez. (M3)

Eu fiz 3 disciplinas ao mesmo tempo... e na prefeitura, eu tive que assumir mesmo a área da gestão. Eu pensei que eu ia enlouquecer... Nesse momento eu tive vontade de parar, de desistir, mas aí, é onde eu falo que meu marido foi minha âncora. Ele me sustentou. (M5)

Identificamos aqui as consequências das representações sociais engendradas pelo capital simbólico, de acordo com Bourdieu (2002a), que posicionam a mulher como o ser menos capaz, o sexo frágil que precisa a todo tempo de um protetor, considerado naturalmente superior. No fazer cotidiano, o simbólico avança para o político e a realidade objetivada passa a fornecer um modo de viver a realidade.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento, que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) [...] contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (Bourdieu, 2002a, p. 11).

Foi possível identificar pelos relatos o início de uma reformulação da estrutura familiar, contudo, como observa Girão (2001), continua recaindo sobre as mulheres o ônus dessa reestruturação, pois,

mesmo assumindo funções técnicas no mercado de trabalho, elas ainda se sentem responsáveis pelas funções do lar e muitas resistem à ideia de delegação das tarefas domésticas, o que dificulta o estabelecimento de novas formas de relação e as faz definir as ações do marido como de “apoio” e não de compartilhamento. Neste caso, a “tripla jornada”, o “acúmulo” ou a “conciliação de tarefas” é entendido pelas próprias mulheres como “um apêndice do trabalho assalariado” (Hirata e Kergoat, 2007, p. 599).

O conceito de desmapeamento de Nicolaci-da-Costa (1985, p.59), que se “refere à convivência, no sujeito, em níveis diferentes, de dois ou mais conjuntos de valores (ou mapas) internalizados em algum momento de sua formação”, pode ser observado no discurso das mulheres entrevistadas, ao mesmo tempo em que elas vivem, na prática, o ideal de independência feminina.

Comprar uniforme, comprar material escolar sempre foi comigo, levar no médico, sempre. Agora que elas estão moças cobram de mim a ajuda para comprar uma roupa, pregar um botão, a gente tem que fazer. Nisso eu sou exigente comigo mesma, como dona de casa. A mãe tem que ter tempo de cuidar de casa. (M1)

Cumbi (2009) alerta que todo o comportamento que procura inverter os papéis de mãe e esposa, visto como fundamental para a estabilidade conjugal é representado como desviante e pode comprometer a estabilidade conjugal. Nesse sentido, dividir tarefas pode ser visto como perda de espaço e, consequentemente, perda de poder (Coelho, 2005). Nota-se, nessas mulheres, talvez por terem um melhor poder aquisitivo, o sentimento de que a igualdade nas relações está garantida, de que o sucesso profissional é possível e de que a divisão das tarefas é um problema apenas de negociação entre o casal.

Outro aspecto consensualmente revelado nas entrevistas é que, para conciliarem os novos papéis com as exigências do tradicional modelo familiar, as mulheres continuam a adotar o mecanismo de buscar o apoio de uma empregada doméstica, citada com “uma pessoa amiga”, até mesmo como “membro da família”, confirmando que a emancipação dessas mulheres está atrelada à questão da posição (Hirata e Kergoat, 2007, Kergoat, 2010).

Eu tenho uma pessoa maravilhosa, que eu amo de paixão, porque ela é quem me ajuda, lógico, porque eu tenho que ter alguém. (M2)

Como alertam Hirata e Kergoat (2007), a externalização do trabalho doméstico não ajuda em nada a avançar na luta pela igualdade, ao contrário, funciona como mascaramento e negação do fato de que o aumento do número de mulheres em profissão de nível superior faz crescer a dependência destas em relação a mulheres em situação mais precária. E, mesmo quando a delegação está presente, conforme Hirata e Kergoat (2007), um dos seus limites está no fato de que a gestão do trabalho delegado é sempre de competência daquelas que delegam. Em verdade, essa “conciliação” está acompanhada de tensões e conflitos (Hirata, 2006; Hirata e Kergoat, 2007), exemplificados pelo sentimento de culpa expresso nas falas.

Alguma coisa fica faltando nessa história. É um acompanhamento maior de estudo, né? Isso falta. Isso falta sim. Não dá para fazer tudo. Eu não gostaria de parar de trabalhar, porque ficaria totalmente infeliz, e nem posso, né? (M2)

Eu me sentia culpada por não dar às minhas filhas a atenção que eu achava que elas precisavam. Embora eu tivesse dado atenção, mas ainda não era o suficiente. Então eu já me senti muito cansada, uma mãe que não era aquela mãe que a gente acha que tem que ser. (M4)

A análise do discurso das mulheres relativa à conciliação da vida pessoal e profissional, ou seja, ao seu *habitus*, revela que elas não se dão conta dos aspectos simbólicos dessa dominação, ao contrário, elas se sentem intimamente gratificadas por estarem trabalhando e estudando; livres, por poderem realizar, através do trabalho, suas escolhas; satisfeitas, por verem o resultado do seu trabalho. Para refletir sobre o porquê dessa condição é que propomos o olhar bourdiano dos aspectos simbólicos da dominação. Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência, como é o caso das mulheres desta pesquisa, produzem os *habiti*, que são princípios geradores e organizadores das práticas e de suas representações objetivas adaptadas aos seus fins, o que as faz fugir das regras e desenvolver esquemas perceptivos diferentes

daquelas mulheres que vivem em condições sociais, econômicas e culturais mais severas e restritivas (Bourdieu, 1980).

A despeito das muitas mudanças sociais ocorridas nas últimas décadas, o fato é que mulheres e homens vivenciam uma relação hierarquizada. As relações de gênero são atravessadas em sua dinâmica pela dominação e o poder. O poder necessariamente implica numa relação de dominação, no nosso caso específico, de homens sobre mulheres. Entretanto, não podemos incorrer no erro da vitimização, uma vez que essas mulheres também são sujeitos nessa relação, mesmo que um sujeito dominando.

Mestrado como necessidade de atualização

Para Bourdieu (2002b), o sucesso de um aluno, inclusive nos níveis mais altos de escolarização, está atrelado ao capital cultural transmitido pela família, que inclui aportes materiais, tais como os escritos e as artes, e também àquilo que está ligado ao corpo, como os gestos e falas, aprendidos no espaço doméstico. As mulheres de nossa pesquisa decidiram ingressar no mestrado depois de já terem realizado cursos de pós-graduação *latu senso*, como forma de se manterem atualizadas, adquirirem novos conhecimentos e aperfeiçoarem suas *performances* profissionais. Em verdade, o mestrado representa a conquista de mais um título ao longo do percurso escolar, ou uma “certidão de competência cultural”, que costuma ser mais bem explorado por quem já detém um elevado capital de relações sociais (Bourdieu, 2002b).

Para continuar no mercado eu tenho que fazer aquilo que eu percebo que é um desejo da empresa, uma necessidade da empresa. (M3)

Note-se que essa herança cultural compõe também um *ethos*, ou seja, “um sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes diante do capital cultural e à instituição escolar” (Bourdieu, 2002b, p. 42), traduzida por essas mulheres como uma maneira de “continuar no mercado”. Contudo, embutido no “desejo da empresa” está, também, o desejo de estabelecer uma relação de igualdade de

gênero acompanhada de diferenciação relativa a um novo competidor, os jovens recém-graduados.

Se eu saísse hoje da empresa acho que ela contraria para o meu lugar uma pessoa que tivesse experiência, mas talvez não com a minha idade. Você pega um trainee e vê que ele tem uma agilidade fantástica. Dá de dez a zero em mim. (M1)

Bourdieu e Passeron (1975) nos possibilitam entender a escola e suas relações sociais, na sua função ideológica, política e legitimadora, como um sistema arbitrário de dominação e de mascaramento da realidade social que, ao invés de transformar a sociedade, ratifica e reproduz as desigualdades. Nesse sentido, o mestrado representa para as mulheres uma esperança de manterem seus *status quo*, na disputa agora com os mais jovens, mascarando as relações de dominação já instituídas pelo gênero.

O ato de valorizar a formação por parte das empresas onde as mulheres estão inseridas é contraditório, posto que em alguns casos o mestrado chega a ser percebido como uma ameaça: “[...] existe um receio implícito de que pessoas que se dedicam ao estudo teórico questionem o conhecimento tácito, disputando o poder” (M1), em uma estrutura hierárquica de mando e subordinação já estabelecida. Por isso, é preciso continuar trabalhando no mesmo ritmo e cumprindo todas as exigências. Do que se deve abdicar então? Do lazer, do prazer de cuidar de si mesma, do barzinho no final de semana, da qualidade de vida, de ficar consigo mesmo, de ter férias, viajar, fazer ginástica, de estar mais disponível para a relação com os pais, das leituras, entre outras coisas (M2, M4).

A tripla jornada é percebida como “um novo desafio que a mulher coloca para si mesma. Isso pode vir a ser um peso, mas pode se transformar numa escolha” (M4), a de se tornar “um beija-flor, que trabalha com velocidade, mas procura fazer isso tudo com leveza, sem peso, sem obrigação” (M2).

O beija-flor carrega forte simbologia em várias culturas. Os astecas, por exemplo, acreditavam que as almas dos guerreiros mortos regressavam à vida sob a forma de borboleta e de beija-flores. No plano místico, ele está relacionado, ainda, à cura, ao amor romântico, à claridade, à graça, à sorte e à suavidade. Esse parece ser o ideal das mulheres, de serem bem

sucedidas no espaço produtivo, assim como os homens, mas de continuar sendo útil no plano familiar, no qual podem dar vazão aos seus afetos, atendendo às expectativas sociais quanto ao feminino. No entanto, ao optarem por incluir uma terceira jornada à sua rotina diária de responsabilidades, mesmo sendo prazeroso adquirir novos conhecimentos e fortalecer a rede de relacionamentos do mesmo nível social, as mulheres reforçam, de forma não consciente, o jogo das dominações.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar os mecanismos de dominação refletidos nas ações de mulheres que “conciliam” as atividades profissionais, o cuidado com a família e as exigências da educação continuada. A perspectiva teórica que o fundamentou é a teoria da dominação de Bourdieu e os trabalhos de Hirata e Kergoat, que tratam das novas configurações da divisão sexual do trabalho. O método utilizado foi a história oral temática de cinco mulheres na faixa etária de 42 a 55 anos, que tinham pelo menos um filho, estavam inseridas no mercado de trabalho e davam continuidade aos seus estudos num curso de mestrado em administração em uma instituição privada.

A importância desse estudo está em cobrir uma lacuna nos estudos sobre gênero que, frequentemente, tomam como objeto de estudo mulheres em condições menos privilegiadas e vítimas de violência no espaço doméstico e social. O estudo também se justifica porque mesmo mulheres provenientes de extratos sociais elevados precisam enfrentar pressões e discriminações relativas ao gênero na divisão social do trabalho, na inserção no mercado e na construção de suas carreiras. Apoiados em Bourdieu, reafirmamos o entendimento de que durante o processo de socialização, as mulheres interiorizam um sistema de disposição eminentemente masculino que orienta as suas escolhas e ações, no campo familiar, educacional e do trabalho. Portanto, o conceito de gênero reflete uma estrutura de dominação simbólica e relacional, mesmo que elas não tenham consciência disso, nem a expressem através das falas.

Os dados revelam que o trabalho é um dos valores essenciais da vida de cada uma delas, cujo sentido foi moldado desde a infância por meio da herança cultural de cada família. Para aquelas originárias de classes sociais mais baixas, o trabalho está associado à sobrevivência, oportunidade de estudar, crescimento profissional e melhoria das condições de vida. Para as de classe mais alta, ele está associado também à oportunidade de independência e autonomia da figura masculina. Em todos os casos, os ensinamentos vieram dos pais, em especial do progenitor, e serviram como norteadores das escolhas profissionais. Está evidente, nos discursos, a internalização dos valores próprios da uma cultura cujo princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas. O trabalho, além de fonte de reconhecimento social, está no centro dos jogos de dominação, uma vez que as mulheres se inseriram no mercado, mas sequer se questionam sobre as diferentes condições entre ela e os homens, no que se refere ao crescimento na carreira e também ao salário. A única ameaça identificada é a dos jovens ingressantes no mercado de trabalho, que chegam com mais energia, mais informação e com domínio das novas tecnologias.

No que se refere à divisão social do trabalho, conclui-se que, para “conciliarem” os novos papéis com as exigências do tradicional modelo familiar, as mulheres continuam a adotar o mecanismo de externalização das atividades domésticas para outras mulheres, só que em situações precárias, identificadas como “uma pessoa amiga”, até mesmo como “membro da família”. A conciliação da tripla jornada não seria possível, também, sem o “apoio” do marido, revelando a permanência de uma das representações sociais engendradas pelo capital simbólico: a mulher como o ser menos capaz, o sexo frágil que precisa de um protetor (Bourdieu, 2002a).

O mestrado representa, para as mulheres da pesquisa, a conquista de mais um título ao longo do percurso escolar, de quem já tem um elevado capital de relações sociais, fruto de uma herança familiar (Bourdieu, 2002b). No entanto, ao optarem por incluir uma terceira jornada à sua rotina diária de responsabilidades, mesmo sendo prazeroso adquirir novos conhecimentos e fortalecer a rede de

relacionamentos, as mulheres reforçam, de forma não consciente, o jogo das dominações. O desejo de estudar não é delas, mas da empresa, que elas entendem ser uma condição para estarem empregadas e estabelecerem uma condição de diferenciação em relação a um novo competidor, além dos homens: os jovens recém-graduados, de ambos os sexos.

O ideal das mulheres é o de ser beija-flor, ágeis, bem sucedidas em todos os papéis, mas com leveza e sem perder a feminilidade. No entanto, essa “conciliação” não se dá sem tensões e conflitos. A vontade de estabelecer relações verdadeiramente iguais não é suficiente para que mudanças aconteçam, pois, como nos ensina Bourdieu (1999), o caminho para a verdadeira transformação das relações de dominação se dá, fundamentalmente, pela transformação radical das condições sociais de produção da tendência do dominado a adotar o ponto de vista dos dominantes, por meio das categorias construídas do ponto de vista dos dominantes, colocadas em ação pelos dominados para se ver e se avaliar, e também ver e avaliar o dominante, do qual a escola é coparticipante. É dessa forma que o poder simbólico é exercido sobre os corpos sem qualquer coação física, conformado em emoções, paixões e sentimentos.

Concordamos com Cumbi (2009) que o fato de as mulheres trabalharem e estudarem não permite dizer que se viva em situação de igualdade de gênero. Para que isso realmente aconteça, é necessário que homens e mulheres sejam ensinados a pensar e agir de forma a desmitificar os mitos, valores e tradições, que produzam discursos e práticas que perpetuam a dominação.

Referências

- ADAMS, M. A armadilha da compaixão. *Revista de Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 10, n. 33, p. 109-131, 1990.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Thomson, 1999.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.). *Handbook of theory and research for the sociology of education*. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.
- BOURDIEU, P. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2002b. p. 70-79.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- COELHO, S. V. As transformações da família no contexto brasileiro: uma perspectiva das relações de gênero. In: AUN, J. G. (Org.). *Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos*. Belo Horizonte: Oficina de Arte & Prosa, 2005. p. 16-57.
- CUMBI, A. Mulheres com formação superior e emprego remunerado: mulheres emancipadas? *Outras Vozes*, Moçambique, n. 27, p. 1-8, 2009. Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/?__target__=tex_MulheresEmancipadas>. Acesso em: 1 jan. 2011.
- FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.
- GIRÃO, I. C. C. *Representações sociais de gênero: suporte para as novas formas de organização do trabalho*. 2001. Dissertação (Mestrado em Administração)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- HIRATA, H. S. Reestruturação produtiva, cidadania e gênero. In: COSTA, A. A. et al. (Org.). *Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero*. São Paulo: CUT, 2002. p. 99-136.
- HIRATA, H. S. Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho. *Revista Educação e Tecnologia*, Belo Horizonte, n. 6, p. 144-156, 2003.

- HIRATA, H. S. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres: um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, A. A. et al. (Org.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. São Paulo: CUT, 2004. p. 13-20.
- HIRATA, H. Entrevista. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 199-203, 2006.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- HOFFMAN, R.; LEONE, E. T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 35-59, 2004.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais 2010. *Comunicação Social*, Brasília, 17 dez. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1>. Acesso em: 1 jan. 2011.
- JACQUES, M. G. C. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: TAMAYO, Á. (Org.). *Trabalho, organizações e cultura*. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, 1996. p. 41-47.
- KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.
- LAUFER, J. Femmes et carrières: la question du plafond de verre. *Revue Française de Gestion*, Paris, v. 4, n. 4, p. 117-127, 2004. Disponível em: <www.cairn.info/revue-francaise-de-gestion-2004-4-page-117.htm>. Acesso em: 1 jan. 2011.
- MEIHY, J. C. S. B. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- MONTAGNER, M. I.; MONTAGNER, M. A. Mulheres e trajetórias na Faculdade de Ciências Médicas na Unicamp: vozes singulares e imagens coletivas. *História, Ciência, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 379-397, 2010.
- MUZART, Z. L. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233, 2003.
- NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos. In: FIGUEIRA, S. (Org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 25-39.
- ROCHA, C. T. C. *Gênero em ação: rompendo o teto de vidro? Novos contextos da tecnociência*. 2006. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- SAYÃO, D. T. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. *Perspectiva*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 121-149, 2003.
- VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1998.

Recebido em: 01/02/2011
 Reapresentado em: 16/11/2012
 Aprovado em: 14/02/2013